

# Jader dá 15 dias de prazo a ACM

Advogados de senador mudam argumentação da defesa e passam a pedir ao Conselho de Ética a suspensão do mandato

CARMEN KOZAK E  
FABIANO LANA

BRASÍLIA — Os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda terão até mais 15 dias para decidir sobre a renúncia. Ontem, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), arbitrou este prazo para a análise do pedido de abertura de processo de cassação contra ACM e Arruda, que deverá ser aprovado hoje pelo Conselho de Ética do Senado, que se reúne a partir das 10h. A decisão de Jader foi comemorada pelo senador Antonio Carlos Magalhães que, há dois dias, decidiu ganhar tempo na guerra pela preservação de seu mandato, adiando a opção pela renúncia. Se todo o prazo fixado por Jader for consumido, a decisão final sobre renúncia fica adiada para o dia 12 de junho - 20 dias antes do início do recesso parlamentar.

Para tentar escapar da renúncia, ACM assumiu ontem a proposta de punição com suspensão temporária de mandato, em peça de defesa entregue aos 16 integrantes do Conselho de Ética. O trabalho pró-suspensão não criou facilidades para o comando do PFL. Na primeira defesa, os advogados de ACM, Marcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernicchiaro, haviam pedido o arquivamento das investigações sobre a participação de ACM na violação do painel.

Os advogados se basearam, na nova defesa, no regimento interno do Senado que prevê essa pena para quem "revelar o conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou Comissão haja resolvido deviam ficar secretos". Lembram que a suspensão temporária é "uma punição tão séria e tão grave" que jamais foi aplicada na história do Senado.

**Cautela** — Segundo dirigentes do Senado, Jader Barbalho desistiu do rito sumário de 24 horas inicialmente pretendido pelos dirigentes da Casa para não correr o risco de todo o processo sobre a violação do painel ser questionado ou até mesmo impugnado judicialmente.

O temor era a alegação de cerceamento de defesa, um direito individual garantido na Constituição. E a possibilidade de impugnação foi levantada por ACM e seus ad-

vogados Márcio Thomaz Bastos e Luiz Vicente Cernicchiaro na segunda-feira, quando o senador decidiu protelar ao máximo a decisão sobre a renúncia. Inimigo de ACM, Jader tomou a cautela de basear sua decisão em um parecer do Consultor-Geral Legislativo, Dirceu Teixeira de Matos. "A orientação é iminentemente regimental. Defini de forma impessoal essa questão, não levando em conta simpatias ou antipatias", garantiu o presidente do Senado.

Depois de concluído o parecer do relator, segundo as regras definidas por Jader, qualquer um dos outros seis integrantes da Mesa poderá pedir vistas do processo por até cinco dias. ACM e o comando do PFL já acertaram que esse pedido será feito ou pelo primeiro-vice-presidente Edison Lobão (MA) ou pelo quarto-secretário Mozarildo Cavalcanti (RR).

**Contagem** — No início da noite de ontem, o mapeamento dos votos dos integrantes do Conselho de Ética só assegurava os dos cinco representantes do PFL. Dois deles, os dos senadores Romeu Tu-

ma (SP) e Geraldo Althoff (SC), exigiram trabalho de convencimento do presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC). Temendo a pressão da opinião pública, pensaram em se abster de votar.

Aliados do senador ainda trabalhavam com a hipótese de convencer outros dois senadores peemedebistas para diminuir o placar da derrota. Contra eles, o fato de o voto ser aberto. Um placar apertado, analisavam colaboradores de ACM, poderia facilitar o trabalho político de tentar evitar a cassação junto à Mesa do Senado. Já uma derrota por margem larga levaria a que a renúncia voltasse a ser trabalhada com maior rapidez.

O relator da Mesa será indicado amanhã. O nome mais cotado é o do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), que decidirá se consumirá os sete dias de prazo para concluir o parecer. Semana passada, Carlos Wilson defendeu o encaminhamento da decisão do Conselho de Ética em até 24 horas. Ontem, ele evitou comentários sobre o assunto.